



Oficina

Adolescências e Diversidades

Assegurando acesso e qualidade nos serviços
para construção da cidadania



Fundo de População
das Nações Unidas

Este material foi desenvolvido sob a orientação e supervisão da área de Saúde Sexual e Reprodutiva e Direitos do Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) no Brasil e é parte do projeto Prevenção e Redução da Gravidez na Adolescência nos Municípios do Oeste do Paraná, em parceria com a ITAIPU Binacional. Os posicionamentos das pessoas que conduzem o projeto não refletem necessariamente a opinião institucional do UNFPA no Brasil ou da ITAIPU Binacional.

DIRETOR-GERAL BRASILEIRO DE ITAIPU BINACIONAL
Joaquim Silva e Luna

REPRESENTANTE DO UNFPA NO BRASIL
Jaime Nadal

PESQUISA E CONTEÚDO
Júlia Alencastro
Bernardo Lopes

EQUIPE EDITORIAL
Revisão e edição de textos:
Anna Cunha, Paola Bello, Patrícia Silva e Raíla Alves

Design Gráfico: Paola Bello

Ilustrações: Yggor Araújo

Tiragem: 550 exemplares

Foz do Iguaçu, agosto de 2019.

Módulo 3

Adolescências e Diversidades

Este terceiro módulo do ciclo de capacitações para aprimoramento no acolhimento e atendimento de adolescentes e jovens traz como tema **Adolescências e Diversidades**.

Este material faz parte de um processo de construção de conhecimento que começou com o tema Adolescências e Direitos, na busca pela construção de habilidades fundamentais, como olhar e escuta. O segundo módulo teve como tema Corporalidades e Afetividades e o objetivo foi trazer o entendimento sobre o lugar do corpo, sexualidade e afeto nas vivências e relações humanas, em uma perspectiva das fases do ciclo de vida.

No cotidiano de trabalho com adolescentes, temos a tarefa de buscar garantir o exercício pleno de seus direitos. Isso exige constante reflexão, livre de julgamentos, preconceitos e a compreensão de que as diversidades são inerentes às existências humanas. É com isso em mente que iniciamos mais um módulo de capacitações.

Materiais complementares a este módulo de capacitação estão disponíveis no link <http://bit.ly/referencias-oficina3>

Dúvidas, questionamentos e diálogos podem ser encaminhados para o endereço eletrônico: fozdoiguacu@unfpa.org.br



Adolescências e Diversidades

As diversidades são inerentes aos seres humanos. Nós temos corpos, trajetórias e existências plurais, apesar de produzirmos, enquanto sociedade, padrões que tendem a ser relativamente pouco diversos com relação a desejos, necessidades e histórias. Esses padrões acabam por produzir processos sociais de distanciamento e de exclusão, e por colocar barreiras na garantia desses sujeitos, considerados diversos, aos seus direitos fundamentais¹.

O coexistir das diferenças está para além da aceitação de que elas existem, e não deve envolver atos de afastamento e negação. Nesse sentido, é necessário ultrapassar as barreiras da coexistência das diferenças para um acolhimento real das nossas diversidades e pluralidades humanas.

O atendimento a adolescentes, tendo em vista as diversidades, deve compreender as pluralidades de experiências e propor a profissionais diferentes posturas para lidar com os desafios no cotidiano do trabalho com esse público. Um atendimento que acolhe as diversidades e pluralidades humanas deve prever diferentes iniciativas a partir dessas trajetórias e experiências.



Com o objetivo de informar e instrumentalizar a atuação profissionais, podemos tomar como partida alguns documentos:

- **Declaração de Jomtien**, de 1990. Nela, fica expresso o comprometimento com a universalização da política educacional. Na mesma direção está a Declaração de Nova Delhi, de 1993, elaborada a partir da Conferência Mundial de Educação para Todos.
- **Declaração de Salamanca**, de 1994, criada a partir da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, da UNESCO, que foca nas pessoas com deficiência e na ampliação de acessos.
- **Marco de Ação de Dakar**, dos anos 2000, que reforçou o compromisso de ações de universalização do acesso à Educação de qualidade, como um direito humano fundamental.
- Com foco na Saúde, especialmente pensando em Saúde Reprodutiva, há o **Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas**, ocorrida no Cairo, no ano 1994. Ela trouxe, dentre outras perspectivas, a importância de “atender às diferentes necessidades de saúde reprodutiva durante o ciclo de vida e assim o fazer de uma maneira sensível à diversidade de circunstâncias de comunidades locais”.
- **Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial**, que ressaltam a importância e a necessidade de elaboração e implementação de medidas de enfrentamento ao racismo.

A principal questão que reveste o tema deste módulo é de que o acolhimento dessas diversidades e pluralidades no atendimento às adolescências tende a melhorar os índices epidemiológicos nos municípios, fortalecer o vínculo institucional no ambiente socioassistencial e prevenir a exclusão escolar, a falta de informação, e outros aspectos que podem vulnerabilizar as trajetórias de adolescentes.

¹ SCHUCHTER, Terezinha Maria; CARVALHO, Janete Magalhães. Problematizando os conceitos de diversidade e identidade: os documentos da secadi e as implicações para o currículo. **Espaço do Currículo**, v. 9, n.3, p. 519-529, Setembro e Dezembro de 2016.

Diversidades de Corpos e Afetos

Todas as pessoas possuem, em sua identidade, uma orientação sexual e um gênero. Podemos entender a orientação sexual como o destino da atração física, afeto e/ou desejo. Por exemplo, pessoas heterossexuais direcionam seus desejos e intenções afetivo-sexuais a outras pessoas com gênero diferente do seu. Pessoas bissexuais apresentam esses desejos e intenções tanto por homens quanto por mulheres, enquanto homossexuais se relacionam com outras pessoas do mesmo gênero, podendo ser lésbicas, no caso de mulheres, e gays, no caso de homens.

Também há outra dimensão compartilhada, a do gênero. Essa dimensão é vivenciada por diferentes formas de ser homem e mulher na sociedade. Uma dessas formas de identidade de gênero é formada por pessoas trans (travestis, transexuais), que são pessoas que tiveram sua identidade indicada de uma forma ao nascimento e que se construíram e se colocam socialmente de uma maneira diferente. Por exemplo: um homem trans é uma pessoa que foi designada como mulher no nascimento e que constituiu e elaborou a sua identidade como homem. Já uma mulher trans é uma pessoa que foi designada, a partir do nascimento, como um homem e construiu e elaborou a sua identidade como mulher.



Perspectivas interseccionais

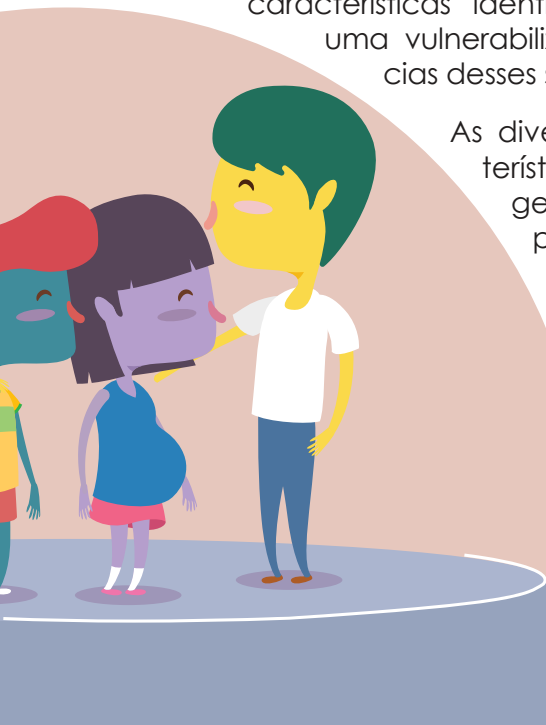
O pensar interseccional prevê o entendimento de que há diversas dimensões combinadas de identidades em um ser humano, que por vezes colocam impeditivos, barreiras, violências e opressões de diferentes ordens sobre um mesmo corpo².

A interseccionalidade pode ser considerada como uma ferramenta de percepção e análise das realidades. Por isso, é acionada em contextos em que há dificuldade de reconhecer a intensidade de experiências de vulnerabilização sobre dimensões diferentes de um mesmo sujeito. Nesse sentido, ressalta-se a importância de que as dimensões de diversidades que compõem as adolescências estejam em um ambiente acolhedor, sem julgamentos e preconceitos que possam interferir negativamente no seu acesso aos serviços.

A diversidade é tida a partir dos padrões nos quais ela se baseia. Isso quer dizer que uma pessoa é considerada diversa a partir de um ou mais padrões pré-estabelecidos. Nesse sentido, é importante compreender que as diversidades, apesar de indicarem características identitárias, podem indicar também uma vulnerabilização generalizada nas existências desses sujeitos.

As diversidades apontam para características diferentes dos padrões hegemônicos. Ao mesmo tempo, as pluralidades englobam as diversidades. Nesse sentido, trabalhamos com as duas perspectivas, apontando as necessidades de atendimentos qualificados e específicos às populações que têm suas vidas precarizadas por preconceitos e violências.

Estudos recentes demonstram que as violências sofridas



das por adolescentes e jovens com características consideradas diversas provocam distorções negativas na autopercepção, que refletem também negativamente nas trajetórias de vida desses sujeitos. Nesse sentido, há iniciativas importantes de atenção às populações que possuem suas vidas precarizadas e vulnerabilizadas pelas violências.

Na área de saúde, é importante conhecer alguns documentos como: Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais de 2013; Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, de 2002; e Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, de 2007.

Na área da Assistência Social também há diferentes documentos construídos para a atenção às especificidades étnicas e culturais presentes no território brasileiro. Foram elaborados para o reconhecimento de Povos e Comunidades Tradicionais e suas relações com o Território, incluindo populações Indígenas, Quilombola, Ciganos, Povos e Comunidades de Matriz Africana e Povos e Comunidades de Terreiro, Extrativistas, Ribeirinhos, Pescadores Artesanais, Quebradeiras de Coco Babaçu, Pomerano, e outras Comunidades Tradicionais.

Diferentes Planos Nacionais e políticas entendem que cada uma dessas populações possui especificidades nos tipos de atendimento de suas demandas, considerando que as violências e negações que sofrem implicam em repercussões sobre sua saúde e acessos de modo geral. Essa compreensão pode ser facilmente ampliada para as outras políticas, como Educação, Assistência Social e Cultura, no sentido de que as diversidades devem ser acolhidas em todas elas.

² CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, janeiro de 2002.

³ NATARELLI, Taison Regis Penariol; BRAGA, Iara Falleiros; OLIVEIRA, Wanderlei Abadio; SILVA, Marta Agélica Iossi. O impacto da homofobia na saúde do adolescente. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, vol. 19, núm. 4, pg. 664-670, Outubro-Dezembro, 2015

Conceitos e definições

Pluralidades Étnico-Raciais

Todas as pessoas possuem identidades étnico-raciais, sejam elas hegemônicas ou não. A ideia de raça, desde o século XIX, tem sido utilizada para orientar posturas e ações estatais, institucionais, generalizadas de produção de vulnerabilidade, precariedade e hierarquia. Quando falamos de raça, é importante ter em mente que é uma categoria ou construção social, e não um fato biológico em si. Isso tem efeitos concretos nas relações entre pessoas e grupos, incluindo uma série de iniciativas violentas contra grupos raciais, especialmente negros e indígenas no Brasil. A perspectiva de etnia está mais vinculada às identificações culturais, como línguas, religiões, tradições, percepções de mundo, além de sentidos territoriais e geográficos.

Violências

As violências são fenômenos sociais que envolvem múltiplos fatores⁴. As negações sistemáticas de direitos e violências direcionadas às pessoas com características ou identidades consideradas diversas, por sua sistematicidade e impacto, foram caracterizadas, tipificadas e nomeadas. Podem ser citadas:

LGBTI*fobia: direcionada a gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis e intersexos, envolve a abjeção às suas sexodiversidades.

Racismo: se baseia na falsa percepção de superioridade racial branca contra pessoas negras e/ou indígenas.

Capacitismo: baseada na abjeção às pessoas com deficiência, tendo como efeito a percepção de inferioridade destas com relação às pessoas sem deficiência.

É importante ter em mente que, quando falamos de violência, estamos apontando para os efeitos que tais ações possam causar nos sujeitos com as características citadas, não se tratando, necessariamente, apenas da intenção da pessoa que agiu em uma determinada situação, de modo violento.

⁴ DAHLBERG, Linda L.; KRUG, Etienne G. Violência: um problema global de saúde pública. Capítulo extraído com autorização do autor do **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**. Organização Mundial de Saúde (OMS). Genebra, 2002.

* LGBTI: lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexo

Exercitando aprendizados

O trabalho com adolescentes no acolhimento de suas diversidades e pluralidades requer o exercício da escuta, olhar qualificado, o desprendimento de noções preconcebidas de como deveriam ser as escolhas, desejos, trajetórias e necessidades desses sujeitos. Sugerimos, a seguir, algumas reflexões que apontam para a avaliação do ambiente profissional onde atua, das práticas adotadas por profissionais ao seu redor e como têm acolhido ou não esse público:

- Seu ambiente de trabalho possui fluxo/presença diária de adolescentes com deficiência, negras(os), indígenas e/ou LGBTI?
- Adolescentes com deficiência, negras(os), indígenas e/ou LGBTI costumam retornar ao serviço após atendimento, ou permanecer frequentando a instituição?
- Como você costuma reagir às diversidades identitárias dessas(es) adolescentes? Vê com receio/preocupação? Busca estimular que expressem suas identidades?
- Costuma buscar identificar, prevenir e assistir possíveis situações de violência que essas(es) adolescentes possam estar submetidas(os)?
- Há adolescentes em seu ambiente de convivência que possuam nome social? Se sim, ele é respeitado? Se não, você acha que essa demanda realmente não existe, ou existe, mas há receio em atendê-la?
- De que forma adolescentes, inclusive LGBTI, podem sentir confiança nos locais de atendimento para falar sobre como direcionam seus desejos afetivo-sexuais?





Fundo de População
das Nações Unidas

Saiba mais em bit.ly/unfpa-itaipu